

# A educação na tradição sociológica funcionalista: uma análise comparativa entre em Durkheim, Parsons e Luhmann

*Education in the functionalist sociological tradition: a comparative analysis between Durkheim, Parsons and Luhmann*

---

Everton Garcia da Costa

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMEN

Desde a emergência da sociologia como disciplina do conhecimento científico, a educação se apresenta como um dos principais objetos de investigação do pensamento sociológico. Este artigo, justamente, tem por objetivo central construir uma reflexão teórica acerca da educação no âmbito da tradição sociológica funcionalista. De maneira mais precisa, o artigo desenvolve uma análise comparativa em torno das ideias de três eminentes sociólogos – Émile Durkheim, Talcott Parsons e Niklas Luhmann – no sentido de demonstrar como cada um deles concebe a educação.

PALABRAS CLAVE: Educação; Sociologia; Émile Durkheim; Talcott Parsons; Niklas Luhmann

## ABSTRACT

Since the emergence of sociology as a discipline of scientific knowledge, education presents itself as one of the main objects of investigation of sociological thought. This article, precisely, has as main objective to construct a theoretical reflection about the education within the framework of the functionalist sociological tradition. More precisely, the article develops a comparative analysis of the ideas of three eminent sociologists - Emile Durkheim, Talcott Parsons and Niklas Luhmann - in order to demonstrate how each of them conceives education.

KEYWORDS: Education; Sociology; Émile Durkheim; Talcott Parsons; Niklas Luhmann

## INTRODUÇÃO

Ao observarmos a história da sociedade moderna, podemos constatar que a educação foi o último dos principais sistemas sociais a se constituir (Luhmann & Schorr 1990). De fato, o surgimento de exigências educacionais mais complexas que levaram ao desenvolvimento do sistema educacional é um fenômeno que ocorreu apenas na segunda metade do século XVIII, com a emergência dos Estados nacionais (Neves 2003). Até essa época, a educação era um processo social que se restringia, basicamente, ao ambiente familiar, de maneira que competia aos pais e responsáveis a tarefa de educar e alfabetizar as crianças. A partir do século XVIII, no entanto, a educação gradualmente passa a se tornar um bem público, cuja responsabilidade compete ao

Estado. Desde então, a educação passou por intenso processo de expansão e diferenciação funcional, sobretudo, porque a escola se converteu em uma parada obrigatória para quase toda criança (Vanderstraeten & Tyrrell 2017).

Neste contexto histórico, merece destaque o dia 28 de setembro de 1717, data em que Frederico Guilherme I, rei da Prússia, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário, estabelecendo que as crianças deveriam permanecer na escola de 5 a 12 anos de idade; do mesmo modo, proibiu também a contratação de crianças que não houvessem concluído o ensino obrigatório (Nassif 2012). Passados mais de setenta anos, em 1789, a Revolução Francesa trazia como uma de suas principais bandeiras a educação pública universal. Calcados sobre os ideais iluministas, os quais viam a razão e o conhecimento científico como o caminho para o progresso social e para a evolução do “espírito humano”, os intelectuais franceses buscavam formar uma população intelectualmente esclarecida, capaz de levar adiante a Revolução (Boto 2003). Nesse sentido, o relatório elaborado pelo Marquês de Condorcet, apresentado à Assembleia Legislativa Francesa, em 1792, defendia a criação de um sistema de ensino laico, gratuito, dividido em diferentes níveis de instrução: “escolas primárias, escolas secundárias, institutos, liceus e Sociedade Nacional das Ciências e das Artes” (Boto 2003: 745).

No século XIX, com os avanços do processo de industrialização e a crescente complexificação da divisão social do trabalho, a educação passa a se tornar um elemento-chave para o desenvolvimento da sociedade capitalista. No interior desse contexto, começam a ser estruturados os sistemas nacionais de ensino, os quais voltavam-se à oferta de uma educação pública e obrigatória. Ao final da primeira metade do século XX, por sua vez, as nações mais desenvolvidas e industrializadas, como os Estados Unidos e alguns países da Europa, por exemplo, já haviam alcançado a massificação da educação básica. É nessa época também que se torna cada vez mais consensual a necessidade de promover a educação para jovens e adultos (EJA).

Como podemos ver, a institucionalização da educação como um sistema social específico acompanha o próprio desenvolvimento da sociedade moderna. Da mesma forma, acompanha também o desenvolvimento da sociologia, como campo autônomo do conhecimento científico, sendo, inclusive, um dos principais objetos de investigação sociológica. Como destaca Labraña (2014), nas obras dos primeiros teóricos sociais, como Saint-Simon e Auguste Comte, por exemplo, já era possível observar uma reflexão teórica acerca do papel desempenhado pela educação no funcionamento da sociedade moderna.

Partindo dessas considerações iniciais, sobretudo da relevância da educação enquanto objeto de estudo do pensamento sociológico, nosso objetivo ao construir este artigo foi o de elaborar uma reflexão teórica acerca da educação no âmbito da tradição funcionalista de sociologia. De maneira mais precisa, o artigo tece uma análise comparativa em torno das ideias de Émile Durkheim, Talcott Parsons e Niklas Luhmann sobre o sistema educativo.

A opção por esses três nomes se deu por diferentes motivos. Primeiro, porque cada um deles está inserido em uma fase diferente do desenvolvimento da sociologia: Durkheim no seu surgimento; Parsons em uma época na qual a disciplina buscava estabelecer ainda um estatuto de cientificidade, apesar de já figurar no seleto rol das “ciências”; e Luhmann no contexto dos debates sociológicos contemporâneos. Em segundo lugar, a escolha por esses três pensadores se dá também, em virtude do fato de cada um deles estar inserido em um contexto histórico e social distinto: Durkheim na França, entre o final do século XIX e o início do século XX; Parsons nos Estados Unidos, publicando suas principais obras entre as décadas de 1930 e 1950; e Luhmann na Alemanha, no final do século passado. Por fim, a escolha por esses três eminentes sociólogos se deve também ao fato de que cada um deles se insere na esteira do pensamento funcionalista, de modo que procuraram teorizar –cada um à sua maneira– a função desempenhada pela educação no interior da sociedade moderna.

## 1. A EDUCAÇÃO SEGUNDO DURKHEIM

Durkheim pode ser considerado o pensador que inaugurou os estudos sociológicos sobre a educação. Na verdade, muito mais do que isso, o sociólogo francês estabeleceu as bases teóricas para o desenvolvimento da sociologia da educação como um ramo específico da sociologia. Em sua profícua vida acadêmica, Durkheim dedicou algumas de suas mais importantes obras à investigação sociológica do sistema educativo, dentre as quais se destacam os livros “Educação e Sociologia” (1922) e “A educação moral” (1925) –ambos publicados postumamente.

Durkheim parte de uma abordagem histórica, buscando identificar o papel desempenhado pela educação nas sociedades do passado. Em seu conhecido texto “A educação, sua natureza e seu papel”, capítulo integrante da obra “Educação e Sociologia”, Durkheim (1999) fez um minucioso exame crítico acerca do modo como a educação fora percebida em diferentes momentos históricos e sociais. Segundo o pensador francês, um olhar histórico

nos revela que cada sociedade humana do passado concebeu a educação de uma maneira bastante particular. Assim, ora a educação fora utilizada para ensinar o indivíduo a subordinar-se à coletividade; ora para formar soldados capazes de atuar nas guerras; ora para formar intelectuais amantes das artes e das letras; ora como ferramenta de doutrinação religiosa. Conforme destacam as palavras do autor:

Nas cidades gregas e latinas, a educação ensinava ao indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a converter-se em escravo da sociedade. [...] Em Atenas, se tratava de formar mentes delicadas, cautas, sutis, amantes da mesura e da harmonia, capazes de apreciar a beleza e os prazeres da pura especulação; em Roma, se desejava antes de tudo, que os meninos se fizessem homens de ação, entusiastas da glória militar, indiferentes a tudo aquilo que concernia às artes e às letras. Na Idade Média, a educação era antes de tudo cristã. Ao longo do Renascimento, adota um caráter mais laico e literário. (Durkheim 1999: 29)

Para Durkheim, essa mudança radical que ocorre na forma de se conceber a educação de um momento histórico-social para outro, não significa que os homens tenham se equivocado em defini-la. Na verdade, isso nos mostra, antes de tudo, que não há uma definição a priori e ontológica da educação, de maneira que ela é definida pelo contexto social em que está inserida, o qual deve necessariamente ser levado em consideração. Assim, para o autor, o ponto de partida de uma abordagem sociológica da educação não consiste em indagar qual o modelo educacional ideal. “Se se começa por perguntar qual deve ser a educação ideal, omitindo-se toda condição de tempo e lugar, é porque, implicitamente, se admite que um sistema educacional não tem nada de real por si mesmo” (Durkheim 1999: 29). Para o sociólogo francês, antes de perguntarmos ou de buscarmos estabelecer o que é a educação, devemos investigar qual a função desempenhada por ela no interior da sociedade.

Norteados por esta linha de argumentação, Durkheim trata a educação como um fato social. Em sua abordagem teórica, a educação é vista como um processo social que se impõem de forma coercitiva sobre os indivíduos. “Cada sociedade, tomada em um determinado momento do seu desenvolvimento, dispõe de um sistema educacional que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível” (1999: 29). Para Durkheim, ao longo da história, a função da educação –independentemente se os ideais que a caracterizaram foram mais “arcaicos” ou “vanguardistas” – sempre foi transmitir às crianças os valores e as regras morais necessárias para o convívio

harmônico no meio social. Isso porque, todas as sociedades, para existirem, necessitam que haja um determinado grau de homogeneidade entre seus membros, ou seja, que eles respeitem determinadas regras e valores morais necessárias ao desenvolvimento da vida social. A tarefa da educação, justamente, consiste em transmitir aos indivíduos esses valores.

Segundo o argumento durkheimiano, há em cada sociedade um certo ideal de indivíduo, ou seja, um ideal sobre como cada sujeito social deve ser/agir física, moral e intelectualmente. “É esse ideal, por sua vez único e diverso, que representa o polo da educação” (Durkheim 1999: 32). Para o sociólogo francês, o sistema educativo insere na “alma” da criança os valores e as regras essenciais que a vida coletiva requer. Em outras palavras, o que o autor defende, é que a educação é um processo de socialização metódico, através do qual são introjetados nas gerações mais novas as regras e os valores das gerações mais velhas.

Cada um de nós, argumenta Durkheim, é constituído por dois seres, os quais, ainda que inseparáveis, são bastante distintos. Um deles é o nosso ser individual, que é constituído por estados mentais que se referem apenas a nós mesmos e à nossa vida privada. O outro, por sua vez, é o nosso ser social, que é composto por um sistema de ideias, sentimentos e costumes oriundos dos grupos sociais aos quais estamos integrados. O ser social se manifesta nas nossas opiniões, julgamentos valorativos, crenças religiosas, posicionamentos políticos e ideológicos, práticas morais. Formar o ser social, justamente, é a tarefa da educação.

A educação, sustenta Durkheim, por um lado, tem a missão de suscitar nos indivíduos um conjunto de estados físicos, mentais e morais que são pertinentes ao desenvolvimento da sociedade (como um todo), e que por ela são determinados; por outro lado, visa suscitar também estados físicos, mentais e morais relativos a grupos sociais específicos, como a família, o trabalho, a igreja etc. Através desse processo de socialização, a educação transforma o humano em um ser apto ao convívio moral e social. Em outras palavras, ela permite que o homem, ao contrário dos demais animais, consiga controlar seus instintos, submeter-se a uma disciplina política, e respeitar um conjunto de regras morais.

Em síntese, segundo o argumento funcionalista de Durkheim, a educação existe para atender a uma necessidade eminentemente social. Ela tem como sua principal tarefa modelar os indivíduos, garantindo um estado de ordem e coalescência social, totalmente necessário ao desenvolvimento da sociedade.

## 2. A EDUCAÇÃO SEGUNDO PARSONS

Com as transformações industriais ocorridas na primeira metade do século XX, e também com a massificação dos sistemas de ensino,<sup>1</sup> as teorizações sociológicas funcionalistas acerca da educação –inauguradas por Durkheim– foram aprofundadas. Tais teorizações, de um modo em geral, procuraram analisar o papel da escola como instituição garantidora de unidade moral e diferenciação laboral (Labraña 2014). É neste contexto que se insere a abordagem de Parsons.

Para que possamos compreender o modo como Parsons concebe a educação, é preciso retomar, ainda que brevemente, a forma muito particular pela qual o sociólogo norte-americano teoriza a sociedade moderna. Inserido na matriz epistemológica do estrutural-funcionalismo, Parsons consolidou o desenvolvimento da teoria dos sistemas no âmbito das ciências sociais – processo este o qual havia sido iniciado por Vilfredo Pareto em seu “Trattato di sociologia”, publicado em 1916. O tema que permeia o pensamento de Parsons, de modo em geral, é a tentativa de explicar a relação existente entre as forças estruturais que mantêm a ordem social versus as ações individuais de agentes particulares. Nesse sentido, a primeira obra que lhe rendeu reconhecimento no meio intelectual foi “A estrutura da Ação Social”, livro publicado originalmente em 1937. Nele, Parsons faz uma leitura dos autores clássicos das ciências sociais, principalmente Weber, Durkheim, Pareto e Marshall, à luz do marco teórico da teoria da ação. O livro pode ser visto como o resultado do período em que Parsons permaneceu na Europa, primeiramente na *London School of Economics*, em 1924 e 1925, e posteriormente em Heidelberg, na Alemanha, durante 1926, onde sofreu forte influência do pensamento Weber, o qual havia falecido a pouco, em 1920. Quintaneiro e Oliveira (2002: 21) ressaltam que o objetivo de Parsons ao escrever “A estrutura da Ação Social” era construir um modelo teórico que conseguisse responder a seguinte questão: “o que garante a ordem social, dada a possibilidade de liberdade de escolha dos membros individuais que constituem um determinado sistema social?”

Em resumo, Parsons (1982) responde esta pergunta por meio da ideia de “ação voluntarista”, a qual se baseia no argumento de que a ação social é uma unidade constituída, estruturalmente, por quatro elementos básicos: fins,

---

<sup>1</sup> No período posterior à Segunda Guerra, muitos países –sobretudo os mais desenvolvidos– vivenciaram um crescimento massivo de seus sistemas de ensino. Os Estados Unidos, por exemplo, já na década de 1960 apresentavam um sistema de ensino superior massificado.

meios, condições e normas. Nesse sentido, o agir social é orientado, ao mesmo tempo, por aspectos individuais/ motivacionais e aspectos normativos. Conforme suas palavras: “Há sempre que se considerar que a ação implica um estado de tensão entre duas ordens distintas de elementos: a normativa e a condicional. Como processo, a ação é, de fato, o processo de alteração dos elementos condicionais em direção à conformidade com as normas” (Parsons 1982: 889).

Essas ideias, por sua vez, foram aprimoradas em sua obra magna, “O Sistema Social”, publicada originalmente em 1951. Neste livro, influenciado pelos avanços no campo da teoria dos sistemas, sobretudo na área da cibernética, Parsons (1984) propõe observar a sociedade moderna como um sistema social. Em resumo, o argumento defendido pelo sociólogo norte-americano é o de que as ações sociais realizadas pelos indivíduos nos processos de interação ocorrem em condições tais, que é possível considerar tais processos –desde uma abordagem científica– como sistemas. Consequentemente, torna-se possível investigar estes sistemas através da mesma ordem de análise teórica utilizada por outras disciplinas, na análise de outros tipos de sistemas. Nesse sentido, ao falar em sistemas sociais, Parsons se refere aos sistemas de ação, sendo o seu grande ensejo o identificar, por meio da análise estrutural, as condições sociais necessárias para a emergência das ações sociais, e o modo como elas, em uma ampla rede de inter-relações, constituem os sistemas estruturais da sociedade. Parsons buscou resolver esta questão através da conciliação entre Weber e Durkheim. De Weber, Parsons retoma a distinção fins/ meio, a qual caracteriza, basicamente, uma ação social; de Durkheim, Parsons retoma o caráter moral e normativo da sociedade, uma vez que é por meio dele que o indivíduo orientará sua ação, ponderando sobre os meios que podem ou não ser adotados nos momentos de interação (Luhmann 2009).

É partir destes pressupostos teóricos e epistemológicos do estrutural-funcionalismo e do pensamento sistêmico que Parsons conduzirá sua abordagem acerca da educação. Em um artigo intitulado “A classe escolar como sistema social: algumas de suas funções na sociedade americana”, publicado originalmente em 1959, Parsons (1976) procurou dar uma resposta a um problema sociológico que, a seu ver, apresenta uma dupla faceta: 1) determinar como a classe escolar ensina ao aluno tanto os conhecimentos, quanto o sentido de responsabilidade necessários à ordem social no cumprimento das obrigações na vida adulta; 2) identificar como essa mesma classe contribui

com a distribuição de recursos humanos em função da divisão do trabalho na sociedade.

O sociólogo norte-americano argumenta, que do ponto de vista funcional, a educação pode ser considerada como um sistema de socialização, ou seja, um sistema cuja função é educar “técnica e animicamente os indivíduos para o desempenho de suas responsabilidades na vida adulta” (Parsons 1976: 64). Isso não significa dizer, no entanto, adverte o autor, que a escola é o único espaço que contribui para este fim. Certamente, a família, a igreja, os grupos juvenis, enfim, dentre outros espaços de interação social também contribuem para a formação do indivíduo, do mesmo modo que o ensino formal. Todavia, o papel de socialização desempenhado pela escola desde o ingresso do indivíduo nas séries iniciais até o momento de sua incorporação ao mundo do trabalho na vida adulta é primordial.

A função socializadora, afirma Parsons, consiste em um processo através do qual é desenvolvido dentro de cada indivíduo um conjunto de habilidades e atitudes essenciais para o desempenho da vida adulta. As atitudes, argumenta o autor, podem ser categorizadas em dois tipos diferentes: 1) atitude de aceitação dos valores básicos que imperam na sociedade; 2) atitude favorável ao desempenho de uma função específica necessária ao funcionamento da estrutura social. Segundo Parsons, tais atitudes permitem que uma pessoa que desempenha um trabalho tido como modesto, por exemplo, seja um “elemento firme” da sociedade em que vive, em virtude da sua honrada dedicação à função exercida, sem necessitar ter uma maior preocupação com aspectos e problemas sociais que atingem os trabalhadores de níveis mais altos e prestigiados. Por sua vez, as habilidades também podem ser agrupadas em duas categorias: 1) qualificação para que o indivíduo desempenhe tarefas que lhe foram atribuídas; 2) nível de responsabilidade que o indivíduo deposita no cumprimento de seu papel social, conforme aquilo que os outros esperam dele. “Assim, um médico, da mesma forma como um mecânico, necessita possuir não somente o domínio do ‘ofício’, mas também qualidades de responsabilidade no sentido do cumprimento do dever para com as demais pessoas com quem entra em contato no desempenho de sua profissão” (Parsons 1976: 65).

Dessa maneira, Parsons defende que, por um lado, a escola pode ser considerada como um órgão que gera os elementos que constituem o conjunto de atitudes e habilidades sociais do indivíduo; por outro, pode ser vista também como um canal que atua na distribuição de “mão-de-obra” para atuar na sociedade. Torna-se necessário determinar, com efeito, como a es-



cola influência na diferença entre aqueles indivíduos integrantes de uma mesma faixa etária que alcançaram a universidade, por exemplo, e aqueles que não o fizeram. Segundo o autor, esse processo de diferenciação –que na verdade é um processo de seleção social –envolve tanto aspectos individuais de rendimento escolar, como também aspectos relacionados à origem familiar.

É preciso ter em mente, nesse sentido, que o ingresso da criança no sistema educativo constitui o primeiro passo importante em direção à sua integração na vida social fora do ambiente familiar. Da mesma forma, não se pode perder de vista também, que ao ingressar na escola, a criança já possui configuradas algumas características motivacionais básicas (as quais foram estruturadas no âmbito familiar), mas não sabe ainda de forma clara e consciente qual o seu papel na vida social. Seu desempenho escolar, justamente, terá um papel determinante na definição desse papel. Segundo Parsons, um dos fatores que mais influência na performance escolar da criança, e por consequência, no papel que ela ocupará na vida adulta, é o seu grau de independência: “entendendo-se por tal o nível de autonomia que a criança demonstra em seu comportamento em relação com os adultos, sua capacidade para tomar decisões e de assumir responsabilidades por si mesma ao se deparar com situações novas” (Parsons 1976: 67). Esta atitude, defende Parsons, é adquirida no convívio familiar. Ela é fundamental para que o infante realize as tarefas impostas pelo professor, alcançando níveis satisfatórios de rendimento escolar.

Por fim, Parsons destaca que o sistema educativo é um sistema de socialização que emerge como um processo resultante de uma sociedade que se encontra cada vez mais especializada. O sistema educativo, defende o autor, constitui o principal canal através do qual se realizam os processos de seleção social na sociedade moderna. A análise da estrutura do sistema educativo, com efeito, bem como o estudo das formas pelas quais esse sistema “contribui com o processo de socialização do indivíduo, por um lado, e com a distribuição de recursos humanos entre os distintos papéis sociais, por outro, constitui [...] um tema importância transcendental” para a sociologia (Parsons 1976: 86).

### 3. A EDUCAÇÃO SEGUNDO LUHMANN

Niklas Luhmann pode ser considerado não apenas um dos sociólogos mais importantes da segunda metade do século XX, mas também o principal ex-

poente da teoria dos sistemas no âmbito das ciências sociais. Com uma vasta obra sociológica composta por mais de mais de 14 mil páginas publicadas (Bechmann & Stehr 2001), Luhmann dedicou toda a sua vida acadêmica à investigação da sociedade moderna. No que diz respeito à educação, é na obra de Luhmann (dentre os autores aqui analisados) que encontraremos uma teoria mais acabada acerca do sistema educativo. O sociólogo alemão defende que a educação emerge como um sistema social, como resultado de um processo de evolução da sociedade moderna, o qual trouxe consigo uma série de novas exigências educacionais, as quais levaram essa sociedade a se diferenciar em um sistema funcional específico.

Primeiramente, quando abordamos a educação como um sistema social, com base nos pressupostos conceituais da teoria luhmanniana, devemos refutar toda e qualquer associação a valores subjetivos universais, tais como a liberdade, a justiça, a formação da pessoa humana, por exemplo. Antes disso, na reprodução do sistema educativo “não existem posições [valores] privilegiadas, não há cume nem centro; apenas existe um conjunto operativo com um código funcionalmente específico e programas concretados segundo este código” (Luhmann & Schorr 1990: 56). Sob olhar da teoria dos sistemas, a educação, antes de tudo, é vista como um sistema social constituído por comunicações, cuja tarefa principal é desempenhar uma função específica necessária ao funcionamento do macrosistema da sociedade.

Segundo Luhmann e Schorr (1990), a tarefa desempenhada pela educação é bastante peculiar quando comparada à função realizada pelos demais sistemas sociais: ela atua produzindo irritações no entorno psíquico da sociedade. De forma mais precisa, o argumento luhmanniano se aproxima ao de Parsons ao defender que o sistema educacional desempenha uma dupla função: por um lado, ele desenvolve um processo de socialização, através do qual busca transmitir aos indivíduos as regras e os conhecimentos necessários para a vida em sociedade; por outro, procura selecionar sujeitos intelectualmente capacitados, aptos a servir aos demais sistemas sociais.

O papel da educação, com efeito, está totalmente vinculado aos processos de seleção social realizados pela sociedade. Conforme destacam Luhmann e Schorr (1990: 56-57): “Seleção social não significa mais que destacamento de posições dentro e fora do sistema.” Devemos ter em mente, nesse sentido, que um sistema social, para se reproduzir, depende da realização de um vasto conjunto de tarefas, sobretudo de caráter administrativo. Para que essas tarefas sejam desempenhadas de forma satisfatória, atendendo às expectativas sistêmicas, os sistemas sociais selecionam sistemas psíquicos inte-

lectualmente qualificados para realizá-las. Os critérios de seleção, por sua vez, são determinados pelo próprio sistema: são os “sistemas funcionais os quais definem e condicionam o que tem valor para si, e que determinam e decidem a inclusão social do sujeito” (Luhmann & Schorr 1990: 57).

O processo de seleção social realizado pelos sistemas sociais depende, diretamente, do sistema de educação. Isso porque, no curso do processo evolutivo da sociedade moderna, os critérios de inclusão/ exclusão passaram a ser determinados, sobretudo, pela carreira do indivíduo. Por carreira, entenda-se o conjunto de sucessos e insucessos que fazem variar a posição social do indivíduo ao longo da vida. O “sistema educativo, querendo ou não, tem sempre em suas mãos uma parcela de carreira e está codificado por esse fato” (Luhmann & Schorr 1990: 57). É a educação que determina as notas dos estudantes, os métodos de avaliação e os critérios para o acesso a determinados níveis de ensino, como à carreira superior. Impulsionado pela suposição de que ensina para a vida, o sistema educacional opera através de processos de seleção que diferenciam os indivíduos em aprovados/ não-aprovados, aptos/ não-aptos a alcançar os certificados dos níveis educacionais mais altos.

Através desse processo seletivo, a educação determina, por exemplo, se um estudante está ou não apto a concluir o ensino médio ou a ingressar na universidade. É a educação também que determina se o estudante que cursou uma graduação ou um curso técnico está apto a receber o certificado/ diploma que lhe habilita a atuar na área na qual se formou. A seleção realizada pelo sistema educativo traça, portanto, uma distinção entre “melhores” e “piores”, entre indivíduos mais qualificados e menos qualificados.

Na sociedade moderna, a seleção social realizada pelos sistemas sociais, de um modo em geral, leva em consideração o processo de seleção prévio realizado pelo sistema de educação. Isso significa dizer, que os cargos mais importantes presentes no interior dos sistemas sociais, normalmente, acabam ocupados por sujeitos que apresentam um elevado grau de qualificação. Uma universidade de excelência, por exemplo, muito provavelmente só contratará para o seu corpo docente professores com currículo acadêmico altamente qualificado. Do mesmo modo, um indivíduo sem formação em economia e/ ou em administração, certamente não será selecionado para ocupar o cargo de gerência em uma grande empresa.

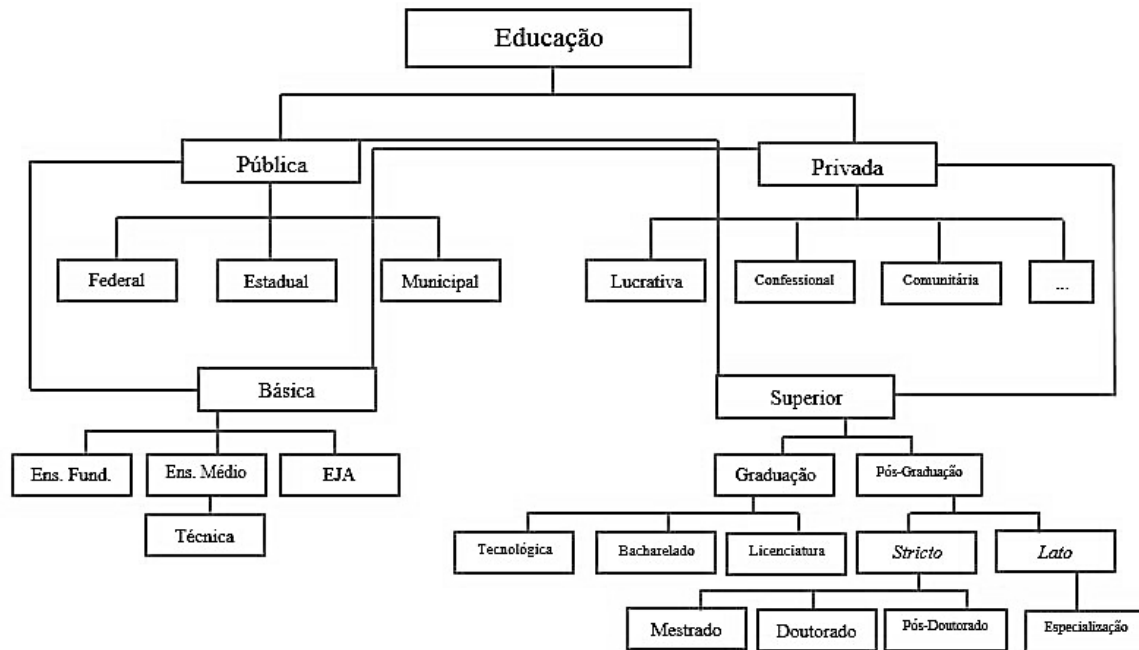
A educação, portanto, defende Luhmann, é um sistema social que opera codificado para o desempenho de um processo de seleção social. Para desempenhar sua função, o sistema educativo encontra-se altamente diferen-

ciado funcionalmente. Diferenciação funcional, por sua vez, significa um processo através do qual um sistema social cria ambientes internos, isto é, subsistemas ou sistemas parciais, dotados de funções específicas, na tentativa de lidar com a ascendente complexidade do entorno.

Existem diferentes níveis de diferenciação. Em um primeiro nível, a sociedade, como macrossistema formado por todas as comunicações possíveis, se diferencia em sistemas e subsistemas sociais (educação, economia, direito, ciência, política) responsáveis, cada um, por desempenhar uma tarefa específica. Em um segundo nível, os próprios sistemas sociais se diferenciam através da criação de ambientes internos, os quais também desempenham tarefas particulares. Ao se diferenciar, um sistema traça uma diferença de sistema/ entorno, quer dizer, ele estabelece limites distinguindo-se do ambiente ao qual está acoplado. Com a diferenciação, são estabelecidas as fronteiras que possibilitam ao sistema criar e organizar seus espaços internos, bem como observar esta diferença, distinguindo aquilo que lhe é próprio do sistema (interno) e aquilo que pertence ao ambiente (externo). Dizendo de outra forma, a diferenciação funcional permite ao sistema traçar esquemas de observação, de maneira que o sistema pode observar a si próprio (auto-observação) e ao entorno. A diferenciação, portanto, é uma habilidade fundamental à manutenção da autonomia sistêmica. Isso porque, ao observar a si e ao entorno, o sistema consegue identificar tanto as suas próprias demandas, como também as demandas e as condições do ambiente, podendo realizar mudanças necessárias em suas estruturas e operações internas, visando manter seu processo reprodutivo.

No caso específico da educação, visando adaptar-se ao contexto e às demandas educacionais da sociedade moderna –especialmente à emergência de uma economia do conhecimento e aos processos de globalização, a partir da segunda metade do século XX– o sistema educacional passou por um intenso processo de diferenciação funcional, que envolve a distinção entre provedores públicos e privados e a organização em diferentes níveis de ensino, conforme demonstra a Figura 1, a seguir.

FIGURA 1. DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO



FONTE: Elaboração própria.

Como demonstra a figura acima, o sistema educacional encontra-se, hoje, altamente diferenciado. Essa diferenciação é resultado, antes de tudo, das transformações sociais ocorridas nas sociedades modernas, diretamente relacionadas ao surgimento de novas exigências educacionais. A educação privada, por exemplo, nasceu a partir do momento em que os Estados nacionais não conseguiram mais dar conta de sustentar financeiramente um sistema de ensino massificado. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por sua vez, surgiu da necessidade de se alfabetizar ou aumentar o grau de instrução da população que não pôde frequentar o ensino formal na idade adequada.

Nesse sentido, devemos ter em mente, por um lado, que o processo de diferenciação do sistema de educação ocorre orientado pela função desempenhada pelo sistema. Isso significa dizer, que os ambientes internos do sistema educativo – educação pública ou privada, básica, ou superior, por exemplo – se reproduzem por meio de processos de seleção, através dos quais os estudantes são selecionados em aptos/ não-aptos, aprovados/ não-aprovados. Por outro lado, não podemos perder de vista também, que a educação é um sistema autopoietico, ou seja, tem autonomia para se reproduzir, fazendo-o com base em si mesmo e nas próprias observações que realiza a respeito de si e do seu ambiente. Cabe ressaltar, no entanto, que autonomia não significa

total independência do sistema em relação ao entorno; antes disso, autonomia significa que a função realizada por um determinado sistema é específica a ele, ou seja, não pode ser realizada por nenhum outro tipo de sistema. Conforme as palavras de Luhmann (2002: 116):

O peso da autonomia recai sobre cada sistema funcional –simplesmente porque nenhum outro sistema pode cumprir a mesma função. O Estado pode introduzir o ensino obrigatório e assumir o custo com escolas e universidades; todavia, como uma organização própria do sistema político, ele não pode educar.

A autonomia da educação com efeito, reside no fato de que compete a ela –e somente a ela– a tarefa de organizar um sistema de ensino obrigatório e massificado, estruturado em diferentes níveis de instrução, tarefa essa a qual nenhum outro sistema social é capaz de cumprir.

Por fim, no que tange à concepção luhmanniana acerca da educação, é preciso destacar que o sistema educativo, como qualquer outro tipo de sistema, encontra-se acoplado a um entorno. O entorno, defende Luhmann, engloba tudo aquilo que não é o próprio sistema, incluindo os demais sistemas sociais, bem como os sistemas de consciência. É importante frisar, nesse sentido, que um sistema nunca se acopla à totalidade do entorno, uma vez que este é infinitamente maior do que o sistema. Antes disso, o sistema se acopla somente àqueles segmentos do entorno, os quais apresentam as condições necessárias à reprodução sistêmica. No caso da educação, é possível apontar pelo menos cinco dimensões de acoplamento estrutural: a) dimensão econômica; b) dimensão organizacional; c) dimensão temática; d) dimensão tecnológica; e) dimensão comunicativa.

A dimensão econômica, como o próprio nome já aponta, diz respeito aos recursos financeiros, os quais o sistema educacional demanda para se reproduzir. É preciso ter em mente, que para operar, a educação necessita da criação de escolas e universidades; da construção de prédios e salas de aula bem equipadas; da compra de materiais didáticos diversos; da contratação de professores e outros funcionários (para os serviços de limpeza, técnico-administrativos, manutenção) etc. Todas essas demandas, certamente, requerem um alto volume de subsídios financeiros. No caso da educação pública, tais recursos emanam do Estado; por sua vez, no que tange à educação privada, esses recursos são oriundos dos provedores privados, como universidades e escolas particulares, ou então grandes grupos financeiros educacionais. Com efeito, do ponto de vista econômico, a educação está acoplada ao Estado e à

iniciativa privada. Sem este acoplamento estrutural, seria impossível a construção de prédios, o pagamento de salários a docentes e funcionários e o custeio de todas as demais demandas financeiras que possibilitam o pleno funcionamento do sistema educacional.

A dimensão organizacional, por sua vez, diz respeito às normas, à dimensão legal que regulariza a oferta de ensino e o funcionamento das instituições educacionais. Devemos ter em mente, nesse sentido, que a reprodução do sistema de educação pressupõe a existência de ministérios, secretarias, isto é, órgãos responsáveis por regular os sistemas de ensino em nível nacional, regional e local. Nesse aspecto, a educação também está acoplada estruturalmente ao Estado (Neves 2003). É o Estado que determina os critérios para acreditação das instituições de ensino; é ele também que monitora e avalia o padrão de qualidade dessas instituições; estabelece os critérios para a obtenção de certificados nos diferentes níveis de ensino; organiza exames periódicos para avaliar o desempenho dos estudantes etc.

No que diz respeito à dimensão temática, o sistema educacional está estruturalmente acoplado ao sistema da ciência. Isso quer dizer, que a organização temática das diferentes disciplinas acadêmicas, mais precisamente, o conteúdo presente em seus materiais didáticos, tais como livros, manuais e glossários, segue a orientação das respectivas áreas do conhecimento científico: matemática, física, química, sociologia etc.

A dimensão tecnológica, por seu turno, diz respeito aos materiais e ferramentas que são utilizados nos processos de ensino e aprendizagem, na interação entre professor/ aluno. Nessa dimensão, o sistema educativo também está acoplado ciência, mas dessa vez a um de seus sistemas parciais, o de tecnologia. Isso significa dizer, que para ensinar seus alunos, o professor necessita de uma série de tecnologias interativas, desde as mais rudimentares, como giz e quadro-negro, até ferramentas mais recentes, como o computador, a internet e os ambientes virtuais de aprendizagem, por exemplo.

Por último, a dimensão comunicativa refere-se ao fato de que a educação, para se reproduzir, necessita de pessoas, ou melhor, dizendo, da interação entre elas. Isso porque, o sistema educativo, como todos os demais sistemas sociais, se caracteriza como um sistema constituído exclusivamente por comunicações. Estas comunicações emanam, justamente, das relações entre os seres humanos. Desse modo, a educação encontra-se acoplada ao entorno psíquico da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar no decorrer deste artigo, cada um dos autores analisados apresenta uma abordagem teórica e conceitual muito rica e particular acerca da educação. Inseridas naquela que pode ser chamada de tradição sociológica funcionalista, suas abordagens teóricas se aproximam em muitos aspectos, na tentativa por compreender e descrever sociologicamente a função desempenhada pela educação no funcionamento da sociedade moderna.

De um modo em geral, Durkheim, Parsons e Luhmann partem basicamente do mesmo argumento teórico: defendem que a educação consiste, antes de tudo, em um sistema de socialização, o qual desempenha uma dupla tarefa social: 1) transmitir aos indivíduos os valores sociais que imperam na sociedade, tornando-o aptos ao desempenho da vida social; 2) selecionar indivíduos capazes de desempenhar funções específicas necessárias ao funcionamento da estrutura social.

As ideias de Durkheim, Parsons e Luhmann acerca da educação, com efeito, são relevantes não apenas por sua riqueza teórica e conceitual, mas sobretudo, porque servem como um contraponto às tradicionais abordagens de orientação materialista e marxista, as quais, normalmente, tratam a educação como um mero espaço que reproduz as desigualdades econômicas e sociais existentes na sociedade. Com seus argumentos teóricos, os autores supracitados nos demonstram, que no processo de evolução da sociedade moderna, a educação desempenha um papel primordial, o qual não pode ser executado por nenhum outro tipo de sistema, senão pelo próprio sistema educativo. Assim, muito mais do que um simples espaço de reprodução de desigualdades, a educação precisa ser vista como um ambiente de socialização autônomo que desempenha uma função social específica, sem a qual a sociedade moderna não poderia se reproduzir. M

## REFERENCIAS

- Bechmann, G. & Stehr, N. (2001). Niklas Luhmann. *Tempo Social*, 13(2), 185–200.
- Boto, C. (2003). Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação e Sociedade*, 24(84), 735–762.
- Durkheim, E. (1999). *Educación y sociología*. Barcelona: Altaya.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Labraña, J. (2014). Aportes del concepto de educación en Luhmann y su vinculación con el estudio de la exclusión. *Estudios pedagógicos*, 40(1), 309–326.
- Luhmann, N. (2002). *Das Erziehungssystem der Gesellschaft*. Frankfurt aM: Suhrkamp.



- Luhmann, N. (2009). *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- Luhmann, N. & Schorr, K. (1990). Presupuestos estructurales de una pedagogía reformista. Análisis sociológicos de la pedagogía moderna. *Revista de Educación*, 291, 55–79.
- Nassif, L. 2012. *A história do nascimento da educação pública*. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-do-nascimento-da-educacao-publica> Acesso em: 23 set. 2016.
- Neves, C. (2003). A educação na perspectiva teórica de Niklas Luhmann. *Trabalho apresentado XXVII Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu (Minas Gerais).
- Parsons, T. (1976). La clase escolar como sistema social: algunas de sus funciones en la sociedad americana. *Revista de Educación*, 242, 64–86.
- Parsons, T. (1982). *La estructura de la acción social*. Madrid: Guadarrama.
- Parsons, T. (1984). *El sistema social*. Madrid: Alianza Universidad.
- Quintaneiro, T. & Oliveira, M. 2002. *Labirintos simétricos: introdução à teoria sociológica de Talcott Parsons*. Minas Gerais: Editora UFMG.
- Vanderstraeten, R. & Tyrrell, H. (2017). Familia y escuela: Algunas reflexiones sobre la diferenciación interna del sistema de la educación. *Revista Mad – Universidad de Chile*, 36, 1–20.

## CONTACTO

Dr. Everton Garcia da Costa [eve.garcia.costa@gmail.com](mailto:eve.garcia.costa@gmail.com)

*Recibido: 07/2018*

*Aceptado: 09/2018*

---

REVISTA MAD | MAGÍSTER EN ANÁLISIS SISTÉMICO APLICADO A LA SOCIEDAD | ISSN 0718-0527

Departamento de Antropología | Facultad de Ciencias Sociales | Universidad de Chile

Avenida Capitán Ignacio Carrera Pinto 1045 Ñuñoa 7800284 | Santiago | Chile

+56 2 29787760 | [revistamad.uchile@facso.cl](mailto:revistamad.uchile@facso.cl) | [www.revistamad.uchile.cl](http://www.revistamad.uchile.cl)

Twitter y Facebook: [@RevMadUChile](https://twitter.com/RevMadUChile)